

**ANEXO V integrante da Instrução Normativa nº 001/SMUL-G/2023**

Termo de Responsabilidade pelo Cumprimento da Legislação Aplicada ao Projeto Arquitetônico - TAR  
**ALVARÁ DE APROVAÇÃO DE REFORMA**

(nos casos previstos no inciso III do artigo 2º do Decreto 59.455/20 que alterou o Decreto nº 58.955/19)

<b>1. IDENTIFICAÇÃO</b>	
1.1.	Proprietário (ou possuidor/representante legal):
1.2.	CPF/CNPJ:
1.3.	Responsável técnico pelo projeto:
1.4.	CREA/CAU:
1.5.	Endereço da obra:

<b>2. LEI Nº 17.844/2022 - PIU-SCE</b>		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
2.1.	O projeto prevê a utilização da Lei nº 17.844/2022	<input type="checkbox"/>

<b>3. ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO PARA ESTANDE DE VENDAS</b>		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
3.1.	O pedido de alvará no APROVA RÁPIDO contempla a solicitação de Autorização para implantação de Estande de Vendas no imóvel: <input type="checkbox"/> Informar no Requerimento de Uso e Ocupação do Solo <input type="checkbox"/> Apresentar declaração correspondente, preenchida e assinada, conforme Anexo XII da Instrução Normativa nº 001/SMUL-G/2023	<input type="checkbox"/>

<b>4. PROJETO SIMPLIFICADO (inciso III do artigo 2º do Decreto 59.455/2020, que alterou o Decreto nº 58.955/2019)</b>		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
4.1.	O licenciamento anterior ocorreu por meio de projeto simplificado	<input type="checkbox"/>

<b>5. DADOS DO ALVARÁ e CERTIFICADO DE CONCLUSÃO</b>		
	<b>Alvará</b>	<b>Certificado de Conclusão</b>
5.1.	Número do processo:	
5.2.	Número do documento:	
5.3.	Data da publicação:	

<b>6. O ENQUADRAMENTO NO APROVA RÁPIDO IMPLICA EM RESPOSTA “NÃO” EM TODOS OS ITENS RELACIONADOS</b>		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
6.1. O empreendimento implica no parcelamento ou reparcelamento do solo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.2. O empreendimento é gerador de impacto de vizinhança - EGIV, sujeito à apresentação do Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.3. O empreendimento está sujeito à apresentação de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Estudo Ambiental Simplificado - EAS, Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, Estudo/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e/ou Memorial de Caracterização do Empreendimento- MCE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.4. O empreendimento é gerador de impacto ambiental - EGIA, sujeito à apresentação do Relatório de Impacto de Ambiental - RIA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.5. Empreendimento em análise de investigação ambiental em área potencialmente contaminada, suspeita de contaminação, contaminada e/ou em monitoramento para encerramento, SEM parecer técnico emitido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB ou pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.6. Atividade classificada na subcategoria de uso INFRA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.7. Empreendimentos que envolvam cota de solidariedade nos termos dos incisos I e II do § 2º do artigo 112 da Lei nº 16.050/2014	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>7. DOCUMENTOS E CONSULTAS PRÉVIAS OBRIGATÓRIAS</b>		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
7.1. Título de Propriedade (artigo 4º da Lei nº 16.642/2017): <input type="checkbox"/> PROPRIETÁRIO: inciso I do artigo 5º do COE (documentação relacionada no item 2.1 da Portaria nº 221/SMUL-G/2017) <input type="checkbox"/> POSSUIDOR: inciso II do artigo 5º do COE (documentação relacionada no artigo 6º da Lei nº 16.642/2017)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.2. Representação do proprietário e do possuidor (item 2.2 da Portaria nº 221/SMUL-G/2017)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.3. Ficha Técnica de todos os contribuintes envolvidos, expedida no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da sua emissão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.4. Documento emitido pelo órgão competente da Aeronáutica quanto à altura da edificação (COMAER/SRPV): <input type="checkbox"/> Declaração de inexigibilidade emitido pelo órgão competente da Aeronáutica <input type="checkbox"/> Parecer favorável emitido pelo órgão competente da Aeronáutica, autorizando a altura da edificação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>8. DOCUMENTOS E CONSULTAS PRÉVIAS VARIÁVEIS DE ACORDO COM O PROJETO</b>		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
8.2. Definição do nível do pavimento térreo em terreno com características específicas (§§3º e 4º do artigo 61 da Lei nº 16.402/2016 e do artigo 12 do Decreto nº 57.286/2016) ou imóvel com recalques/problemas geotécnicos (artigo 72 da Lei nº 16.402/2016 e Anexo I do Decreto nº 57.521/2016): Necessária deliberação da CEUSO. <input type="checkbox"/> Possui PRONUNCIAMENTO emitido pela CEUSO <input type="checkbox"/> Apresenta documentação exigida pela Resolução nº 131/CEUSO/2018, para análise pela Comissão no fluxo do Aprova Rápido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.3. Definição do zoneamento quando incidir mais de uma zona de uso no lote, no âmbito de DEUSO <input type="checkbox"/> Documento emitido por DEUSO <input type="checkbox"/> Apresentação de documentação para manifestação de DEUSO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.4. Casos de dúvida quanto à existência de vilas ou via sem saída com largura inferior a 10m (dez metros) na quadra, conforme disposto no artigo 64 da Lei nº 16.402/2016 e no inciso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<p>II do artigo 13 do Decreto nº 59.885/2020:</p> <p><input type="checkbox"/> Apresentação de documentação para avaliação de DEUSO</p>		
<p>8.5. Lotes que estejam localizados em áreas do INCRA:</p> <p><input type="checkbox"/> Obtenção prévia de dados cadastrais disponíveis em CASE</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>8.6. Imóveis localizados nas áreas de mananciais (exceto nos casos de empreendimentos habitacionais sujeitos à aprovação do GRAPROHAB):</p> <p><input type="checkbox"/> Apresentação de Alvará de Licença da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>8.7. Imóvel com necessidade de investigação ambiental em áreas potencialmente contaminadas, suspeitas de contaminação, contaminadas e em monitoramento para encerramento (enquadrados nos casos previstos no artigo 137 da Lei nº 16.402/2016). Obs.: verificar na Ficha Técnica, São Paulo Mais Fácil, histórico industrial no título de propriedade ou IPTU, ou outro documento. Apresentação de um dos seguintes documentos:</p> <p><input type="checkbox"/> Parecer técnico favorável ao Plano de Intervenção para Reutilização para o uso pretendido emitido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB</p> <p><input type="checkbox"/> Termo de Reabilitação de Área para Uso Declarado emitido pela CETESB</p> <p><input type="checkbox"/> Parecer técnico sobre Avaliação Preliminar emitido pela CETESB</p> <p><input type="checkbox"/> Investigação Confirmatória emitidos pela CETESB</p> <p><input type="checkbox"/> Documento equivalente emitido pelo órgão competente da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>8.8. Imóvel com incidência de preservação de patrimônio das esferas estadual e/ou federal:</p> <p><input type="checkbox"/> Apresentação de parecer do CONDEPHAAT e respectivas plantas vistas</p> <p><input type="checkbox"/> Apresentação de parecer do IPHAN e respectivas plantas vistas</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>8.9. Imóvel com incidência de restrições relacionadas à infraestrutura de transportes, energia elétrica, água, combustíveis, entre outras, no âmbito federal ou estadual. Apresentação de anuência/parecer dos órgãos competentes favorável à implantação do projeto, sempre que o terreno localizar-se próximo às faixas de domínio:</p> <p><input type="checkbox"/> ENEL</p> <p><input type="checkbox"/> METRÔ</p> <p><input type="checkbox"/> CPTM</p> <p><input type="checkbox"/> SABESP</p> <p><input type="checkbox"/> Outros: .....</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>8.10. Projeto com gabarito de altura máximo superior aos limites do Quadro 3 anexo à Lei nº 16.402/2016 com utilização do disposto no inciso II do artigo 60 da referida lei:</p> <p><input type="checkbox"/> Apresentação da documentação prevista no artigo 12 do Decreto nº 56.089/2015</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>8.11. Lotes com declividade parcial conforme disposto no § 2º do artigo 60 da Lei nº 16.402/2016 que não se enquadrem nos critérios estabelecidos na Resolução CTLU nº 12/2018:</p> <p><input type="checkbox"/> Apresentação dos documentos previstos no item 3 da referida resolução</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>8.12. Projeto com justaposição estabelecida no inciso II do artigo 66 da Lei nº 16.402/2016:</p> <p><input type="checkbox"/> Apresentação dos documentos do § 1º do artigo 7º do Decreto nº 57.521/2016</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>8.13. Projeto com supressão do recuo de frente previsto no artigo 69 da Lei nº 16.402/2016 ou na alínea 'a' do inciso VI do artigo 13 do Decreto nº 59.885/2020:</p> <p><input type="checkbox"/> Apresentação de levantamento comprobatório para avaliação técnica e indicação em notas nas peças gráficas</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>8.14. Imóvel enquadrado nos termos do artigo 59 da Lei nº 16.402/2016:</p> <p><input type="checkbox"/> Apresentação de Escritura primitiva/contrato padrão do loteamento</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>8.15. Divergência superior a 5% entre a área e/ou dimensão Real e de Escritura do terreno:</p> <p><input type="checkbox"/> Apresentação de minuta de ação de reti-ratificação</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>8.16. Imóveis inseridos em perímetros das Operações Urbanas ou Projetos de Intervenções Urbanas, no âmbito de SP URBANISMO:</p> <p><input type="checkbox"/> Apresentação de protocolo do pedido ou da Certidão da referida operação, quando for</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

o caso		
<input type="checkbox"/> Demarcação dos melhoramentos viários da referida operação urbana nas peças gráficas, quando for o caso		

<b>9. PARTICIPAÇÃO DE OUTRAS SECRETARIAS e/ou ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ALÉM DA SMUL (De acordo com o Capítulo IV da Instrução Normativa nº 001/SMUL-G/2023)</b>		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
<b>9.1. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA</b>		
<b>9.1.1. SVMA/GTMAPP</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Previsão de manejo arbóreo <input type="checkbox"/> Presença de Área de Preservação Permanente – APP <input type="checkbox"/> Curso d’água natural a céu aberto: <input type="checkbox"/> Dentro do lote <input type="checkbox"/> Próximo ao lote <input type="checkbox"/> Curso d’água canalizado a céu aberto: <input type="checkbox"/> Dentro do lote <input type="checkbox"/> Próximo ao lote <input type="checkbox"/> Outros: .....		
<b>9.1.2. SVMA/GTAC</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Apresenta documento emitido pela CETESB, ainda não avalizado pela SVMA/GTAC <input type="checkbox"/> Imóvel cadastrado no INCRA, caso na Ficha Técnica/BDT conste informação de que deverá ser consultada SVMA		
<b>9.2. Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT</b>		
<b>9.2.1. SMT/CET</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> O projeto é classificado como Polo Gerador de Tráfego		
<b>9.3. Secretaria Municipal de Cultura – SMC</b>		
<b>9.3.1. SMC/DPH</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Imóvel em área envoltória de bem tombado cuja competência de análise, segundo Resolução de tombamento, seja de SMC		
<b>9.4. Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB</b>		
<b>9.4.1. SIURB/PROJ</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Imóvel atingido por plano de melhoramento viário aprovado por lei posterior à data de 08/11/1988 <input type="checkbox"/> Imóvel objeto de faixa “non aedificandi”: <input type="checkbox"/> Galerias/córregos canalizados internos ao lote <input type="checkbox"/> Galerias/córregos canalizados lindeiros ao lote <input type="checkbox"/> Outros: ..... <input type="checkbox"/> Imóvel objeto de desapropriação (DESAP/PGM e CGPATRI/SMG) - incidência de desapropriação ajuizada com ou sem imissão de posse, sem parecer e/ou demarcação nas peças gráficas por SIURB/PROJ, relativa a: <input type="checkbox"/> DIS <input type="checkbox"/> DUP		

<b>10. PARÂMETROS E EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO EDILÍCIA</b>		
<b>10.1. <u>Dados gerais</u></b>		

Área do terreno	Escritura:	Real:
SQL/INCRA envolvido(s)		
Subcategoria(s) de uso		
Zona(s) de uso		
<b>10.2. Índices urbanísticos e parâmetros de ocupação</b>		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
10.2.1. O projeto atende aos índices e parâmetros de ocupação estabelecidos: <input type="checkbox"/> No Quadro 3 anexo à Lei nº 16.402/2016 - LPUOS <input type="checkbox"/> No Quadro 2 anexo ao Decreto nº 59.885/2020 – EHIS/EHMP/EZEIS <input type="checkbox"/> No Quadro 2 anexo à Lei nº 17.884/2022 – PIU-SCE <input type="checkbox"/> Na lei da Operação Urbana: ..... <input type="checkbox"/> Outro: .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.2.2. O projeto se utiliza de algum benefício ou exceção relacionados aos índices e parâmetros, não citados neste documento? ..... ..... .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.2.3. O projeto atende ao artigo 64 da Lei nº 16.402/2016 ou inciso II do artigo 13 do Decreto nº 59.885/2020 quanto ao gabarito de altura máxima em faixa envoltória de vila ou via sem saída: <input type="checkbox"/> 28,00m nas ZEU, ZEUP, ZEM e ZEMP <input type="checkbox"/> 15,00m nas demais zonas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.2.4. O projeto prevê doação ou reserva de área para alargamento de calçadas, nos termos: <input type="checkbox"/> Do artigo 67 da Lei nº 16.402/2016 – LPUOS <input type="checkbox"/> Do inciso V do artigo 13 do Decreto nº 59.885/2020 – EHIS/EHMP/EZEIS <input type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Reserva <input type="checkbox"/> Da lei/decreto da Operação Urbana/PIU	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.2.5. O projeto está sujeito ao atendimento da cota parte máxima de terreno por unidade nos termos do § 1º do artigo 79 da Lei nº 16.050/2014 - uso residencial: Considerar: $N = (CAu \times AT) / (CA_{máx} \times Q) = \dots\dots\dots$	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.2.6. O projeto prevê Quota Ambiental nos termos dos artigos 74 a 81 e Quadro 3B da Lei nº 16.402/2016 e Decreto nº 57.565/2016	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>11. DA OCUPAÇÃO INCENTIVADA OU CONDICIONADA</b>		
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
11.1. Fruição Pública (artigo 70 da Lei nº 16.402/2016): <input type="checkbox"/> Obrigatória: inciso I do artigo 87 da Lei nº 16.402/2016 ( $10.000m^2 < At < 20.000m^2$ ) nas ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP, ZC e ZCa <input type="checkbox"/> Opcional: artigo 88 da Lei nº 16.402/2016 ( $At < 10.000m^2$ ) nas ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP, ZC e ZCa <input type="checkbox"/> Obrigatório nos termos das leis específicas de Operação Urbana/PIU	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11.2. Fachada Ativa (artigo 71 da Lei nº 16.402/2016): <input type="checkbox"/> Obrigatória: inciso II do artigo 87 da Lei nº 16.402/2016 ( $10.000m^2 < At < 20.000m^2$ ) nas ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP, ZC e ZCa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<input type="checkbox"/> Opcional: para fins de aplicação ao benefício estabelecido pelo inciso VII do artigo 62 da Lei nº 16.402/2016 <input type="checkbox"/> Obrigatório nos termos das leis específicas de Operação Urbana/PIU		
<b>11.3. Benefício para uso nR incentivado:</b> <input type="checkbox"/> Nas edificações de uso misto com fachada ativa (inciso VIII do artigo 62 da Lei nº 16.402/2016 ou do inciso III do artigo 18 do Decreto nº 59.885/2020) <input type="checkbox"/> Em EHIS e EZEIS (inciso IV do artigo 18 do Decreto nº 59.885/2020)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>11.4. O empreendimento está sujeito ao atendimento da cota de solidariedade:</b> <input type="checkbox"/> No próprio lote (§1º do artigo 1º do Decreto nº 56.538/2015) <input type="checkbox"/> Mediante depósito no FUNDURB (inciso III do artigo 112 da Lei nº 16.050/2014) <input type="checkbox"/> Apresentar declaração correspondente, preenchida e assinada, conforme Anexo XIII da Instrução Normativa nº 001/SMUL-G/2023	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## 12. DECLARAÇÕES

- DECLARO que **não** existem processos em andamento para o(s) imóvel(s) em questão.
- DECLARO que existem os seguintes processos em andamento para o(s) imóvel(s) em questão:

.....  
.....  
.....  
.....  
.....

DECLARO, ainda:

I) Ter ciência de que o processo poderá ser admitido com interface nos termos do § 4º do artigo 37 da Instrução Normativa nº 001/SMUL-G/2023;

II) Ter ciência de que, no caso em que não for admissível a aplicação do procedimento APROVA RÁPIDO, o pedido prosseguirá pela **via ordinária** de aprovação de projetos;

III) Serem as informações aqui prestadas verdadeiras.

São Paulo, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Proprietário (ou possuidor/representante legal)

\_\_\_\_\_  
Responsável técnico pelo projeto  
CREA ou CAU nº \_\_\_\_\_